

JN
13.11.85

PS, PRD E PC OPÕEM-SE JUNTOS AO DESEJO DE MUDANÇAS PROFUNDAS

Duas perspectivas estiveram em claro confronto quanto às alterações a introduzir ao sistema eleitoral para a Presidência da República: de um lado, o PS, o PRD e o PCP propuseram que as referidas modificações se confinassem aos aspectos mais urgentes, ainda que a quantidade destes fosse avaliada de forma diferente por cada uma das bancadas em causa; do outro, o PSD e o CDS defenderam uma alteração substancial da legislação em vigor. Apesar da importância desta matéria, a verdade, porém, é que o aludido confronto acabou por ser secundarizado por um conjunto de declarações políticas proferidas no período de «antes da ordem do dia», o que de algum modo poderá ser explicado pelo facto de esta ter sido a primeira sessão da nova assembleia em que os deputados puderam usar da palavra para tal efeito.

Para se ficar com uma ideia do carácter imediatista atribuído pela ala esquerda do hemiciclo aos seus projectos, refira-se que o PS designou a respectiva iniciativa de «alterações pontuais à Lei Eleitoral para a Presidência da República». Entre elas avultavam a fixação em 21 dias do prazo limite entre a realização das duas voltas e o aceleramento das formalidades de apuramento dos resultados da primeira volta, designadamente transferindo-o para assembleias de nível municipal, em detrimento de assembleias de dimensão distrital, como actualmente acontece.

«Convergência» PS/PRD/PCP

Paralelamente, os socialistas propuseram medidas cautelares contra eventuais «tumultos, calamidades ou graves perturbações da ordem pública», que pusessem em causa a realização das eleições em determinadas secções de voto. Na sua óptica, tais medidas justificam-se de sobremaneira, ante a eventualidade de os resultados parcelares poderem influir determinadamente na escolha global do eleitorado.

Também o PRD optou por não propor alterações de fundo à legislação em vigor, alegando a proximidade das eleições para a Presidência da República. No entanto, os renovadores democráticos foram mais explícitos na assunção da necessidade de numa outra ocasião «as modificações virem a ter um carácter mais profundo, que culmine com a elaboração de um código eleitoral onde, ao lado de disposições comuns a todas as eleições, se contenham disposições especiais ditadas pelo particularismo de cada uma delas».

No entanto, ainda foi o PCP quem mais se bateu pela ideia de que as alterações em questão não deveriam atingir a substância da lei, alegando não só a proximidade das «presidenciais», como ainda o facto de a legislação vigente ter permitido a «normal realização de dois actos eleitorais» daquele tipo, «em condições que não suscitaram inultrapassáveis ou sequer assinaláveis dificuldades», tanto assim que, do ponto de vista dos comunistas, uma atitude contrária a esta poderia «suscitar a suspeição de favorecimento de uma ou outra candidatura a Belém».

Totalmente ao contrário, o

e para «a consequente melhoria da sua imagem junto da opinião pública».

Nesta perspectiva, insistiu na defesa da modificação da lei eleitoral vigente e de «uma maior liberdade dos deputados face aos partidos a que pertencem ou em cujas listas foram eleitos». No mesmo passo, preconizou «um maior acompanhamento crítico e uma maior fiscalização da acção do Governo e da Administração Pública», bem assim como «uma maior operacionalidade no funcionamento do Parlamento, acompanhada de uma maior eficiência legislativa» da sua parte.

«Críticas à «partidocracia»

Por outro lado, o dirigente renovador quis aproveitar a ocasião para saudar «todos os partidos» com representação parlamentar e para manifestar o desejo de com eles «manter relações amistosas e diálogo profundo», partindo do princípio de que as forças partidárias são «elementos essenciais do regime democrático». Ainda aqui, José Carlos de Vasconcelos fez questão de denunciar a necessidade de «distinguir os que atacam os partidos para pôr em causa a sua existência» e a do regime, dos «que combatem alguns aspectos do seu funcionamento e da sua acção para o bem, defendendo os próprios partidos e o regime democrático».

Afirmando embora situar-se claramente dentro desta última perspectiva, nem por isso o novo deputado abandonou as críticas que o PRD tem formulado à «partidocracia», bem assim como aqueles que se opõem à constituição de listas de cidadãos independentes nas eleições para as câmaras municipais. Na mesma perspectiva, José Carlos Vasconcelos salientou «o significado e possível papel das organizações populares de base» previstas na Constituição e defendeu o princípio de que todos os titulares de cargos não políticos, «incluindo os gestores de em-

presas públicas, devem ser escolhidos atendendo exclusivamente a critérios de competência e seriedade».

Quanto a este último aspecto, saliente-se que o dirigente do PRD sentiu a necessidade de precisar que, quando o seu partido fala de «seriedade e competência», nunca é para insinuar que «as pessoas sérias e competentes estão só» nas suas fileiras, tanto mais que os renovadores combateriam «todas as formas de maniqueísmo» e sempre teriam afirmado que «em todos os partidos há gente boa e outra que não é». Conforme depois se percebeu, estas palavras serviram para introduzir uma explicação sobre os incidentes verificados com a entrega das candidaturas à Câmara de Lisboa, acerca da qual José Carlos Vasconcelos disse parecer «ter-se encarregado rapidamente de confirmar aquela asserção e retirar quaisquer velezas de erradicarmos de imediato aqueles perigos».

«PS será partido de oposição»

De âmbito completamente diferente foi a intervenção da deputada do partido «Os Verdes», essencialmente voltada para a reclamação de medidas preventivas contra eventuais cheias, através de «uma política que garanta o electivo bem estar da população». Nesta medida, e tomando como ponto de partida «a chuva intensa» que antecedeu «desabou sobre a capital», Maria Santos declarou não poder compreender a extinção do grupo de trabalho das cheias, em virtude de o anterior Governo não lhe ter concedido «a verba de seis mil contos indispensável ao seu funcionamento».

Algumas das reivindicações já apresentadas pela parlamentar de «Os Verdes» foram a elaboração de um estudo hidroológico e hidráulico das cheias e inundações da Área Metropolitana de Lisboa, a demarcação de possíveis áreas de inunda-

ção, a implementação de uma acção atempada por parte dos serviços hidráulicos no desassoreamento dos rios e seus afluentes, a disponibilização de verbas, meios técnicos e humanos para o combate a possíveis calamidades e o reforço do Serviço Nacional de Protecção Civil, «dotando-o de meios e das competências necessários ao exercício de um efectivo apoio e coordenação».

Também, PS, PCP e o MDP/CDE quiseram aproveitar a sessão de ontem para produzirem os seus comentários aos resultados eleitorais, enquanto que o PSD preferiu centrar-se num problema de âmbito mais regional. Quer isto dizer que o CDS foi o único partido que não proferiu qualquer intervenção de fundo neste período de antes da ordem do dia.

Pela voz de José Luis Nunes, e numa declaração intitulada «a abertura do caminho é um apelo à caminhada», o PS retirou duas conclusões essenciais dos resultados das eleições: primeira, a de que deverá ser um «partido da Oposição», segunda, a de que esses resultados trouxeram «uma maior instabilidade à vida política portuguesa». Se a estas duas conclusões juntarmos uma terceira ideia — a de que «é necessário que dentro e fora desta casa se abra o caminho para quem se opõe, de forma a que, no momento próprio, o povo português possa pedir contas em plena consciência» — perceber-se-á o eixo da estratégia socialista, pelo qual passa ainda a «intervenção nas próximas eleições autárquicas» e o apoio à «candidatura nacional de Mário Soares».

«PCP e a nova fase da vida política»

Completamente diferente, contudo, é a mensagem do PCP, para quem os resultados eleitorais consagraram a entrada numa

«nova fase», na medida em que «a composição política da Assembleia feita em 6 de Outubro é tão diferente da que antecedeu, que não pode deixar de determinar uma actuação e uma intervenção diferente na vida do país». Por outro lado, e de acordo com as palavras ontem proferidas por Carlos Brito, os comunistas são de opinião que as aludidas diferenças, traduzindo a «condenação pelo eleitorado da política seguida nos últimos anos e das fórmulas que lhe serviram de suporte, favorecem objectivamente a concretização de uma verdadeira alternativa democrática».

Numa linha de raciocínio semelhante, o MDP/CDE opinou que «as profundas alterações registadas na Assembleia da República, em consequência das eleições de 6 de Outubro, vieram demonstrar ser com justiça justificadas» e o partido defendeu «não corresponder à anterior composição parlamentar à realidade política do país». Com isto — disse José Manuel Torgarrinha — queria o parceiro do PCP na APU concluir que «qualquer avaliação sobre a viabilidade, estabilidade, eficácia de um governo, falhará inevitavelmente se, acima das análises superestruturais, não se tiver na devida conta a realização dinâmica entre realidade social e plano político-partidário».

Finalmente, o social-democrata Silva Marques usou da palavra para falar de «uma questão muito concreta», que contrastou de facto com a «onda» de declarações políticas registada nesta sessão: a eventual instalação de uma central térmica a carvão no concelho de Pombal. Na óptica do parlamentar do PSD, não só seria errado o local agora apontado, como o facto de a construção já ter estado projectada para as regiões de Viana do Castelo e da Figueira da Foz, provaria a «falta de rigor e de seriedade dos estudos efectuados», bem assim como o «desprezo pelos interesses das populações».

